

OS MERCADOS INSTITUCIONAIS COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE¹

Júnio Andrade Menezes²

Resumo

Os Mercados Institucionais fazem parte de um conjunto de políticas públicas, que buscam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar no meio rural brasileiro que permite estoques estratégicos de alimentos, distribuição para entidades filantrópicas e é um avanço na melhoria da alimentação escolar. O artigo busca compreender os impactos dos mercados institucionais no fortalecimento da agricultura familiar e na segurança alimentar e nutricional da população no município de Itabaiana-SE. Foram utilizados como procedimento metodológico, levantamento bibliográfico, trabalho de campo e entrevistas. Portanto, é possível mencionar que os Mercados Institucionais apresentam contradições, contudo, pode-se afirmar sobre sua importância para o processo de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no município de Itabaiana.

Palavras-chave: Mercados Institucionais, Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural.

Introdução

Os Mercados Institucionais fazem parte de um aglomerado de políticas públicas que buscam fortalecer o desenvolvimento rural brasileiro, tendo diversos resultados, pois envolve desde o agricultor familiar até as pessoas com vulnerabilidade alimentar. A atividade agrícola no Brasil possui um papel fundamental no Produto Interno Bruto (PIB), sendo um setor que a cada ano atinge recordes de produção de grãos, entretanto, o pequeno agricultor, que coloca comida na mesa dos brasileiros, passa a cada dia por mais dificuldades para produzir e vender seu produto, ou seja, tanto os investimentos públicos quanto os privados se localizam com maior intensidade no agronegócio, setor econômico esse, que possui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para auxiliá-lo. Para minimizar todas as consequências que este processo de abandono causou no campo, em especial no agricultor familiar, desde o ano de 2003 as políticas públicas direcionadas ao campo sofreram mudanças ou foram criadas com

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa sobre os Mercados Institucionais no Município de Itabaiana-SE e possuiu financiamento da Fundação de Apoio à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

² Universidade Federal de Sergipe
junior-andrade-15@hotmail.com

intuito de fortalecer e proporcionar oportunidades para que o agricultor familiar possa cultivar e permanecer no seu local de origem.

Em 2003 foi sancionada a lei nº 10.696, instituindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), esse programa, além de promover a formação de estoques estratégicos de alimentos, possui uma função social importante, que é a de comprar a produção do agricultor e distribuir para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2009, para melhorar a política mais antiga do país, a alimentação escolar, foi sancionada a lei nº 11.947 que obriga aos gestores públicos a usarem 30% dos recursos da alimentação escolar na compra de alimentos produzidos no campo, dando preferência aos agricultores locais e assentados. Estas políticas públicas, foram um marco histórico, permitindo aos agricultores familiares aproveitarem destas oportunidades para melhorar suas condições socioeconômicas e locais.

O município de Itabaiana possui uma área de 364 km², localizada a 56 km² da capital de Sergipe, possui uma população em 2010 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 86.967 habitantes, sendo 19.264 de moradores rurais. O município estudado é considerado o quarto maior município do Estado, destacando-se pela importância a partir da década de 80, através da criação do perímetro irrigado da Jacarecica e da Ribeira, pois facilitou a ampliação do cultivo de verduras, legumes e conseqüentemente sua exportação para os municípios circunvizinhos.

Com intuito de compreender os impactos dos Mercados Institucionais no fortalecimento da agricultura familiar e na segurança alimentar e nutricional da população no município de Itabaiana-SE se fez necessário um levantamento bibliográfico, como: ANJOS e BECKER, 2014, BELIK, 2012, DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005, WAGNER e GEBLEN, 2015 entre outros. Também, foi importante as visitas aos órgãos públicos para coleta de dados que não estavam disponíveis em meios eletrônicos ou impressos e levantamento de dados empíricos, além da participação em reuniões no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR).

Por fim, realizou-se entrevistas com o presidente e os agricultores da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro no município de Itabaiana, Coordenadora da Alimentação Escolar deste município, o responsável pelo setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a assistente social do Hospital e Maternidade São José. Após o trabalho de campo foi feita uma

sistematização das informações coletadas e análise, contribuindo para uma melhor compreensão sobre esta política pública no município de Itabaiana-SE.

Neste município, os Mercados Institucionais estão sendo executados ativamente e as transformações socioeconômicas que a população passou e está passando já são visíveis, pois agricultores estão produzindo e vendendo sua safra e assim gerando renda, além disto, hospitais, associações, maternidades, dentre outras, são beneficiadas através do recebimento de produtos agrícolas pelos Mercados Institucionais e este ciclo de desenvolvimento social beneficia desde o agricultor familiar até a alimentação de pacientes, estudantes e pessoas vulneráveis a desnutrição, assim, toda a sociedade é envolvida diretamente ou indiretamente nestas políticas públicas.

Na rede municipal de ensino de Itabaiana, cerca de 10 mil alunos são atendidos pela produção agrícola das seguintes associações e cooperativas: Associação dos Produtores e Criadores União da Comunidade Junco, Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Economia do Município de Moita Bonita-SE, Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do Município de Campo do Brito-SE, Cooperativa de Produtores, Comércio e Prestação de Serviços dos Agricultores familiares de Indiaroba e Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro. Cada associação tem a obrigação de entregar a produção no Departamento da Alimentação escolar, cabe ressaltar, que das cinco associações somente uma pertence ao município de Itabaiana-SE.

Implantação dos Mercados Institucionais no Brasil

A agricultura familiar é uma atividade que está enraizada na cultura brasileira, entretanto, por muitos anos o pequeno agricultor familiar não possuía políticas públicas específicas que pudessem lhe permitir um mercado forte e uma segurança de cultivo. Em 2006 foi sancionada pelo presidente da república a lei nº 11.326, que descreve algumas características necessárias para considerar um agricultor familiar.

agricultor familiar é um empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Durante séculos, as políticas públicas foram seletivas e não abrangeram todos os agricultores familiares, provocando uma insegurança pela falta de oportunidades no mercado consumidor. Este cenário é um dos motivos que proporcionaram um grande êxodo rural, milhões de brasileiros moradores nas áreas consideradas rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixaram suas casas e foram para os grandes centros urbanos em busca de oportunidade de trabalho e de possuírem uma renda fixa para sua manutenção social. O campo, atualmente, possui grande importância para os brasileiros, em especial o pequeno agricultor que abastece a mesa dos brasileiros.

Até meados dos anos 1970 os produtores familiares tinham acesso aos mercados locais exclusivamente através da venda de seus produtos aos chamados atravessadores ou diretamente junto às feiras regionais, praticando a venda direta aos consumidores. (ANJOS E BECKER, 2014, p. 98)

Para extinguir a pobreza no Brasil, em 2003 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei nº 10.696, instituindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este programa segundo PAULA, KAMIMURA E SILVA, 2014, possui como finalidade “incentivar a agricultura familiar compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.” O PAA além de incentivar a agricultura familiar tem como objetivo a criação de oportunidades para que este agricultor possa produzir, se alimentar e vender seu excedente ao mercado, possibilitando acesso aos bens básicos de subsistência. “A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.” (BRASIL, DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012). A compra de produtos direto do agricultor e fazer doações para os cidadãos proporciona reduções de gastos, por exemplo, no Sistema Único de Saúde (SUS), pois permite o acesso a alimentos saudáveis às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social tanto na área rural como urbana, portanto estes terão menos doenças relacionadas a desnutrição, provocando assim menos consultas, internações etc.

O PAA, especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação), tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva. O programa tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um modo de vida camponês. Isso porque, em muitas regiões do Brasil, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de commodities, não raro destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs

esses agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. (GRISA, SCHMITT, MATTEI, MALUF e LEITE, 2011, p 36)

Desta Forma:

Uma vez que esse direito é legalizado e legitimado, supostamente ampliam-se as chances de vida dos agricultores contemplados devido à possibilidade de geração de renda propiciada pela inserção dos mesmos ao novo mercado e pelo reconhecimento social dessa categoria como produtores de alimentos. (WAGNER E GEBLEN, 2015, p. 50)

Além do Programa de Aquisição de Alimentos, o Governo Federal possui um dos programas mais antigos do Brasil, “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.” (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2016). Até meados da década de 1990 a compra de alimentos com destino a alimentação escolar brasileira era feita de forma centralizada, isto é, o Governo Federal possuía um órgão responsável por fazer licitação e compra. Contudo, estes alimentos comprados pelo Governo Federal eram industrializados e com índices nutritivos insuficientes para as crianças nas diversas faixas de idade e na época houve diversas críticas a este sistema. Sendo assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou a descentralização desta política. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que em parceria com Estados e municípios executam este programa. “O FNDE faz os repasses de verbas provenientes do Governo Federal para a alimentação escolar dos estados e dos municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica.” (SARAIVA, SILVA, SOUZA, CERQUEIRA, CHAGAS, TORAL. 2012)

Os agricultores familiares que participaram desse processo o faziam competindo com outros fornecedores, como atacadistas e varejistas. Ao contrário do que se pensa, nem sempre seus preços eram competitivos. Primeiro porque seus concorrentes muitas vezes contavam produtos de qualidade inferior (principalmente frutas e verduras); segundo porque sua produção de baixa escala tornava-se onerosa, quando feitas exigências estruturais e logísticas. (TRICHES E SCHNEIDER, 2010, p. 940)

Mesmo com a descentralização da política e todas as críticas que o antigo modelo possuía, alguns gestores mantiveram a compra de alimentos processados. Para minimizar este problema e reduzir o avanço de produtos industrializados nas escolas públicas brasileiras, o Congresso Nacional instituiu a lei de nº 11.947/2009 obrigando gestores a usarem 30% dos

recursos do PNAE na compra de alimentos vindo de agricultores familiares. Além disso, a lei permite a compra de alimentos sem licitação, proporcionando melhor abrangência do pequeno agricultor ao mercado e a única exigência para participar do mercado institucional é possuir a Declaração de Aptidão de Agricultor Familiar (DAP).

Art. 4º - Os modelos de DAP que identificam as Unidades Familiares de Produção Rural dos agricultores familiares e de suas formas associativas de modo a permitir-lhes o acesso às ações e políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores e, na condição de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.” (BRASIL, PORTARIA Nº 26, DE 9 DE MAIO DE 2014)

A lei deixa clara a exigência da compra ser efetuada preferencialmente por agricultores locais. Pois, além de proporcionar oportunidades para o agricultor, as crianças terão contato com alimentos de sua região, valorizando os hábitos alimentares locais. “Maior frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade, melhor qualidade determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos.” (TRICHES E SCHNEIDER, 2010). Outro fator importante desta política pública é a transformação que ela institui na região, ou seja, movimenta a economia local, surgindo novos empregos e assim gerando desenvolvimento social e econômico no entorno. “A agricultura familiar tem hoje a possibilidade de acessar o mercado institucional, que é uma alternativa de aproximar do consumidor e a produção de base familiar... (PAULA, KAMIMURA E SILVA, 2014, p.33)”

O disposto no Artigo 14 é reforçado pela exigência de que o cardápio deve contemplar a oferta de, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana, privilegiar a aquisição de produtos agrícolas produzidos localmente e, de preferência, orgânicos e agroecológicos. (WAGNER E GEBLEN, 2015, p 10)

O hábito de consumir e produzir produtos agrícolas pós revolução verde foi fragmentado, ou seja, o campo brasileiro sofreu um processo de incrementação de máquinas e principalmente sementes transgênicas e agrotóxicos, estas modificações no modo de produzir interfere nos costumes agrícolas do agricultor e do consumidor. Nos últimos anos, as doenças relacionadas à contaminação com venenos são crescentes no Brasil, chegando a níveis alarmantes, este cenário é refletido nos hábitos alimentares da população. Segundo TRICHES E SCHNEIDER, 2010 “Os desafios alimentares em conjunto, considerando desde a forma como o alimento é produzido até como ele é tratado pelo consumidor.” As políticas públicas referentes aos Mercados Institucionais buscam transformar esse cenário, já que a exigência principal na compra é por alimentos orgânicos que possam nutrir as crianças das escolas públicas brasileiras, com índices nutritivos satisfatórios para sua idade. Além disso, ao valorizar

o hábito local, tende a trabalhar ideologicamente com as crianças a necessidade de consumir frutos e verduras, este ciclo é uma forma de reconectar os produtos aos consumidores, ampliando a produção do pequeno agricultor e descaracterizando a falsa ideologia de que o campo é atrasado e lugar que merece ser desprezado.

O PAA tem influenciado os agricultores a permanecerem ou a retornarem ao modo específico de funcionamento do campesinato, principalmente em relação ao sistema de policultivo e tem ajudado a melhorar a qualidade da alimentação para o auto-consumo devido à diversificação da produção. Além disso, os agricultores têm se voltado à produção agrícola, em detrimento da busca por outras alternativas na cidade. (VIEIRA e VIANA, 2007, p. 01)

A insegurança alimentar é um problema que o Mercado Institucional tenta diminuir no país, criando estoques estratégicos para futuras necessidades, pois é o pequeno que produz alimentos. Os grandes latifundiários localizados no Brasil distribuem sua produção principalmente para o exterior, o agronegócio. Este setor econômico busca elevar sua produção a cada ano, entretanto seu foco principal são os cereais. No Nordeste, em especial, na maioria dos latifúndios é possível observar grandes pastagens de cana de açúcar, entretanto, dificilmente é possível observar cultivo de alimentos que fazem parte diariamente da mesa do brasileiro, tipo o feijão e o arroz.

Antes da lei que obriga os gestores a destinar 30% dos recursos do PNAE em produtos orgânicos, as crianças não se alimentavam direito nas escolas, entretanto, muito autores afirmam que pós estas mudanças referentes a alimentação escolar, os déficits nutricionais ainda não são satisfatórios. Segundo TRICHES E SCHNEIDER (2010), após aprovação da lei nº 11.947/2009 “um alimento servido na escola e consumido e apreciado pelos colegas modificam as concepções e valorizações daqueles gêneros que até então eram considerados e desqualificados.” Proporcionando às crianças e aos jovens a experimentar frutas e verduras frescas, gerando assim toda uma cadeia que promoverá as poucas modificações nos hábitos alimentares destes beneficiários que no decorrer do tempo buscarão os agricultores que por sua vez irão aumentar sua produção para satisfazer a demanda.

A discussão em torno do lançamento do Fome Zero, no entanto, teve como inspiração os programas de transferência de renda vinculados à compra de alimentos nos moldes do programa Food stamp norte-americano. Esse programa tinha como base a ajuda alimentar concedidas famílias carentes durante a grande depressão dos anos 30, sendo que nesse período havia uma preocupação em reativar a atividade econômica sem deixar que os preços agrícolas caíssem para níveis críticos. (BELIK, 2012, p.98)

O programa Fome Zero foi o passo inicial para o surgimento destes mercados e gerar a diminuição das taxas de pobreza no Brasil e conseqüentemente retirar o país do mapa da fome. Este programa surgiu em 2003 no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi aperfeiçoado no decorrer dos anos chegando em 2011 no governo de Dilma Rouseff, possuindo reforço do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Segundo BELIK (2012), “O PBSM trabalha com três objetivos simultâneos: elevar a renda, estender serviços e cidadania e promover a inclusão produtiva das famílias em extrema pobreza” Esse plano melhorou nos últimos anos o poder aquisitivo do brasileiro, diminuindo a pobreza no país e permitindo oportunidades iguais para todos.

A gestão interministerial do programa, em seu aspecto normativo-administrativo se restringiu a esse escasso conjunto de providências do Grupo Gestor. Tudo o mais correu por conta da ação de cada Ministério, sem aparente contrapartida na administração interministerial. Assim, a engenharia fiscal e financeira do Programa correu por conta exclusiva do Ministério da Fazenda; a política agrícola, por conta do Ministério da Agricultura; a interação com a reforma agrária, por conta do MDA; e as ações de Segurança Alimentar, por conta do Mesa, atual MDS. (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005, p 17)

O Programa de Aquisição de Alimentos, umas das políticas públicas de fortalecimento do pequeno agricultor familiar, envolve diversas ações, estas ações conseqüentemente são de responsabilidade de alguns Ministérios, entretanto, as ações deveriam ser em conjunto para a melhor efetivação desta política pública, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pode haver complicações na política pública direcionada ao pequeno agricultor familiar. O MDA buscava fortalecer os assentados e permitir sua reprodução social, com a extinção deste ministério as ações e os recursos para os assentados tendem a ser reduzidos, deixando estas pessoas à mercê do mercado capitalista, mercado este, que busca extrair lucro independentemente do aspecto social do trabalhador. Segundo DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA (2005), “Atualmente o programa é financiado com recursos oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”. É importante ressaltar que o orçamento desta política pública não é vinculado a nenhuma receita fixa, então, pode variar de acordo com a prioridade do Governo Federal.

Os Mercados Institucionais no Município de Itabaiana/Se: uma análise das mudanças socioeconômicas

Embora o município de Itabaiana apresente uma população rural de 19.264 habitantes (IBGE, 2010), identifica-se pouca participação dos agricultores familiares nas ações ligadas as políticas públicas, particularmente, no que tange aos Mercados Institucionais, pois somente a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro está participando atualmente da venda de produtos rurais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entretanto, segundo a coordenadora do Departamento da Alimentação Escolar, a chamada pública é aberta e os interessados devem se inscrever, não tendo nenhuma separação de quem é, ou não do município de Itabaiana/SE.

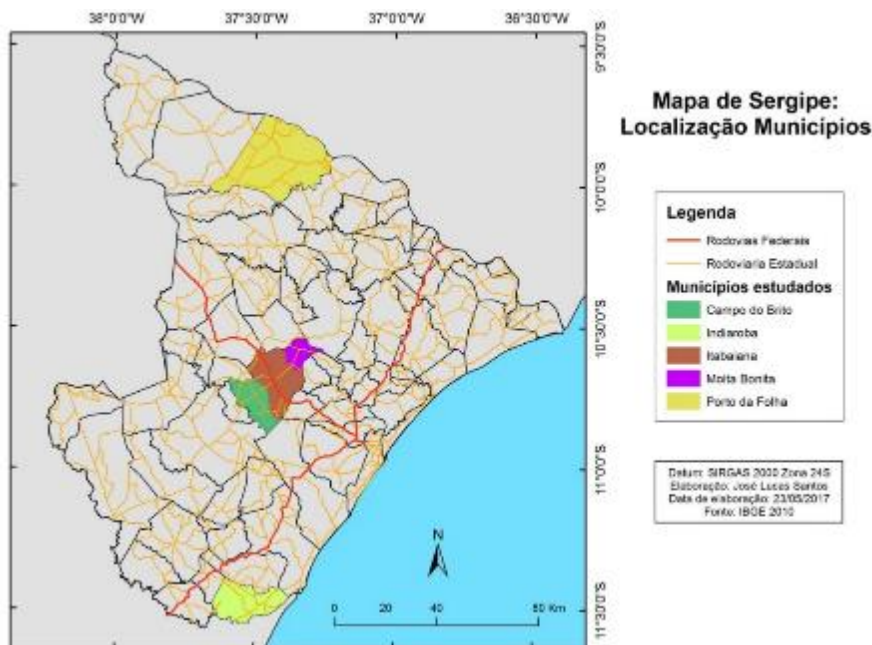


Figura 01- Localização das associações que atendem o Departamento da Alimentação Escolar de Itabaiana-SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2017
 Elaboração: SANTOS, José Lucas

Atualmente, são cinco associações que vendem produtos agrícolas para município de Itabaiana-SE (Figura 01), sendo elas: do município de Moita Bonita-SE (Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Economia do Município de Moita Bonita-SE), Campo do Brito-SE (Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do Município de Campo do Brito-SE), Indiaroba-SE (Cooperativa de Produtores, Comércio e Prestação de Serviços dos

Agricultores familiares de Indiaroba), Porto da Folha-SE (Associação dos Produtores e Criadores União da Comunidade Junco) e finalmente o município de Itabaiana-SE (Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro). Essas associações e cooperativas, comercializam os seus produtos oriundos da agricultura familiar com o Departamento da Alimentação Escolar do município citado, destacando-se como os mais comprados: cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, pimentão, batata-doce. Os pagamentos são debitados diretamente para a conta bancária da associação, sendo distribuído para cada agricultor, o valor máximo é vinte mil reais por ano.

São atendidos pelo PNAE em 2017, cerca de 10 mil alunos, distribuídos nas 58 escolas rurais e urbanas da rede municipal de ensino. Para manter a alimentação desses alunos, o município utiliza-se de recursos próprios e oriundos do Governo Federal que através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) repassa recursos financeiros para o município executar o programa da alimentação escolar, segundo dados do próprio FUNDEB, o município estudado recebe anualmente com pouca variação os recursos para investir de forma única na alimentação escolar (Figura 02), entretanto, no ano de 2014 o recurso destinado a alimentação escola do ensino fundamental teve um aumento considerado.

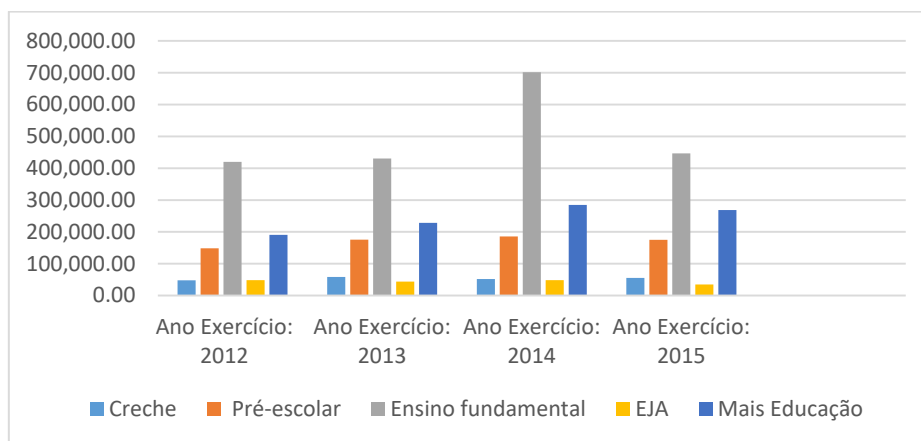


Figura 02: Repasses financeiros do PNAE, 2012-2015.

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
 Elaborada pelo autor.

No relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015) os recursos destinados com a aquisição de gêneros alimentícios comprados diretamente do agricultor familiar foram 29,28% de todo o recurso repassado para a alimentação escolar do município, segundo a coordenadora da Alimentação Escolar de Itabaiana/SE, isto ocorreu devido a um atraso de recursos do Governo Federal que impossibilitou fechar os 30% exigido por lei, de acordo com

a coordenadora do Departamento da Alimentação Escolar, a maior dificuldade de executar esta política Pública é o atraso de recursos e de fornecedores que, segundo ela “o fornecedor não entrega na data programada, assim, provocando certo desequilíbrio na logística da alimentação escolar.” É interessante ressaltar, que deve haver uma parceria entre os órgãos Federais e, no caso o municipal, para executar da melhor forma possível esta política pública, pois os alunos não podem ficar à mercê de burocracias de repasses de recursos.

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro possui atualmente 80 associados e destes, 40% participam do PNAE, com propriedades que variam entre quatro a oito tarefas, a associação não possui transporte próprio, ou seja, alugam semanalmente veículos para entregar os produtos no departamento responsável pela alimentação escolar do município. Segundo o presidente da associação, os preços são bons e os lucros são satisfatórios para os agricultores, pois de acordo com ele, “a renda melhorou muito e a vida também”. No decorrer da entrevista, é possível perceber, conforme a fala do presidente da associação, que a composição da renda dos agricultores desta associação varia muito, mas a agricultura se destaca como a principal atividade geradora de renda, entretanto, após a agricultura, a aposentadoria e o bolsa família se destaca.

As melhorias que os Mercados Institucionais proporcionam a sociedade itabaianense é diversa, inicialmente, se destacar a importância que o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) tem para a educação pública, ou seja, são centenas de jovens que estudam nesta rede pública municipal de ensino e necessitam da alimentação escolar para ter condições nutritivas favoráveis para executarem as atividades de ensino-aprendizagem, além disto, tem os agricultores familiares que vendem seus produtos no mesmo lugar de vivência e produção, fato que, fortalece os laços familiares e institucionais. Pode-se destacar a regularidade do pagamento da compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, entretanto, identificou-se alguns problemas de cumprimento do pagamento em datas firmadas nos contratos. É importante ressaltar também, que estes dois agentes (agricultores familiares e jovens estudantes) são os principais beneficiados, mas, é possível afirmar que as melhorias transcorram estes atores, pois todo o município ganha com o desenvolvimento socioeconômico.

Além do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos também é atuante no município estudado. Segundo dados disponibilizados pelo setor de operações de programas institucionais e sociais de abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2016, o município contava com três associações

atuantes no Programa de Aquisição de Alimentos, são elas: Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade Lagoa do Forno, Associação dos Moradores e Amigos do Povoado São José e Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cajueiro. Estas associações distribuem seus produtos agrícolas para diversas entidades que no total beneficiam 14.330 pessoas (Quadro 01), além disto, é importante destacar, que este número de beneficiados são as pessoas que estão sendo atendidas pelas entidades receptoras, porém, os agricultores e seus familiares são também beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No quadro 01, é possível observar os recursos que foram utilizados em 2016 por esta política pública no município de Itabaiana-SE, pois foram direcionados para as três associações um valor total em 2016 de R\$ 852.190,53, este valor beneficiou instituições: filantrópicas, comunidades, associações, dentre outras instituições, que prestam serviços sociais para a sociedade sergipana.

Em trabalho de campo no Hospital e Maternidade São José (HMSJ), a assistente social e participante ativa do conselho alimentar, demonstrou a importância que os Mercados Institucionais representam para os sergipanos, em especial para os itabaianense, pois a HMSJ é uma das principais entidades receptoras de produtos oriundos da agricultura familiar e do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabaiana-SE. Foi a partir do ano de 2016 que o HMSJ começou a receber produtos como: maracujá, batata doce, macaxeira, diversas verduras e legumes. De acordo com a assistente social, a qualidade nutritiva prestada para os pacientes melhorou muito, pois são produtos de boa qualidade e que apresentam um alto teor nutritivo, além disto, é de suma relevância destacar, que os recursos não gastos com a alimentação, o Hospital e Maternidade São José investe em outros serviços e em melhorias da sua própria estrutura física. O processo de entrega dos produtos agrícolas é de responsabilidade da associação dos agricultores rurais da comunidade lagoa de forno, no caso desta instituição, as entregas ocorrem através de caminhões regulamente as quintas-feiras.

A assistente social destaca no decorrer do trabalho de campo, que a maior dificuldade atualmente desta política pública, ou seja, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é a redução de recursos, pois “a tendência é que a HMSJ tenha que retirar recursos de algum setor para poder comprar a alimentação dos pacientes, prejudicando o funcionamento do Hospital e Maternidade São José”, é perceptível através desta fala, a importância do PAA para esta instituição e como é necessária a sua continuação e ampliação. Por fim, a conselheira da alimentação finaliza dizendo: “as associações devem se organizar e participar desta política

pública e que o governo dê acesso a elas, pois é muito importante esta política pública para nós.”, ou seja, que haja ampliação e fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de tal forma, que os benefícios contribuam para a redução das desigualdades sociais e da desnutrição de crianças, jovens e adultos, pois assim, será nítida uma nova realidade social nas diferentes escalas socioespacial.

| Entidade Proponente | Número de Agricultores | Valor | Unidades Receptoras | Pessoas Atendidas |
|--|-------------------------------|----------------|---|--------------------------|
| Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade Lagoa do Forno | 35 | R\$ 280.000,00 | Hospital e Maternidade São José e Cras "Casa da Família" | 3500 |
| Associação dos Moradores e Amigos do Povoado São José. | 33 | R\$ 264.000,00 | União dos Moradores da Comunidade Gravata Mole/Se, Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros | 3630 |
| Associação Comunitário dos Produtores Rurais Prov. Cajueiro e Adjacentes | 40 | R\$ 308.190,53 | Ass. de Proteção e Assist. a Maternidade e a Infância, Associação de Pais E Amigos dos Excepcionais (APAE) e Associação De Moradores e Amigos do Bairro Eucalipto | 7200 |

Quadro 01- Programas de Aquisição de Alimentos no município de Itabaiana/SE – 2016

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 2017
 Elaborada pelo autor.

Portanto, após análise dos dados de campo e da pesquisa documental pode-se destacar a importância dos Mercados Institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar para o município de Itabaiana, particularmente, o que tange a presença de alimentos frescos e saudáveis na dieta alimentar dos estudantes da rede pública municipal e dos pacientes do Hospital e Maternidade São José, e também da população carente dos bairros beneficiários da doação simultânea dos produtos adquiridos através do Programa de Aquisição de Alimentos. Além disto, o Hospital e Maternidade São José, localizados no município estudado, atende a várias décadas a população do Agreste de Itabaiana e das outras regiões do estado de Sergipe (Canindé de São Francisco, Lagarto, Simão Dias, Pedra Mole etc.). Ressalta-se que a referida instituição se sobressai como sendo uma das maiores beneficiadas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Itabaiana, no entanto, em momentos de instabilidades no fornecimento dos produtos oriundos da agricultura familiar, a entidade enfrenta desafios financeiros e orçamentários, ou seja, o não recebimento dos produtos agrícolas da associação dos agricultores rurais da comunidade lagoa do forno, a Maternidade e Hospital São José necessita retirar recursos de um setor para manter a alimentação dos pacientes.

Considerações

Os Mercados Institucionais foram criados recentemente e a sua participação no município de Itabaiana/SE ainda é recente se comparado a sua implantação, entretanto, é possível observar grandes mudanças que esta política pública proporcionou aos itabaianenses e também a outras localidades, pois são inúmeras pessoas beneficiadas e que tiveram suas condições socioeconômicas melhoradas com a participação nos Mercados Institucionais, mas é de suma relevância ressaltar ainda as dificuldades que cada programa possui no município de Itabaiana/SE.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) necessita de mais recursos para que possa de fato ter uma alimentação escolar de qualidade e nutritiva nas escolas públicas do município, além disto, os recursos devem ser ampliados e revertidos para compra de produtos da agricultura familiar, ou seja, os gestores devem destinar mais recursos para as políticas públicas rurais, em especial, da alimentação escolar, os 30% dos recursos obrigatórios podem ser ultrapassados, desde que haja uma ação em conjunto com os órgãos responsáveis para melhor efetivação e conseqüentemente melhorias na sociedade local.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) deve ser ampliado para que novas associações possam ser beneficiadas e também o número de pessoas que recebem a produção. Cabe ressaltar, que haja também capacitações dos agricultores e dos presidentes das associações para que os mesmos possam conhecer e desenvolver as atividades que o PAA exige, como a criação de projetos.

Enfim, é possível mencionar que os Mercados Institucionais apresentam contradições operacionais e na sua junção social, contudo, pode-se afirmar sobre sua importância para o processo de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural no município de Itabaiana/SE, pois são inúmeras famílias que atualmente possuem uma renda estável e com esta renda conquistada, movimentam a economia de pequenos comércios, desencadeando no município melhorias socioeconômicas e também de infraestrutura.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Flávio Sacco dos e BECKER Cláudio. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: O Desenvolvimento Como Liberdade**. Rev. Econ. NE, v. 45, p. 92-101, Fortaleza 2014.

BELIK, Walter. **A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados**. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, V. 19, n.2, p. 94-110, 2012.

BRASIL. Decreto N° 7.775, de 4 De Julho de 2012. **Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 4 de julho de 2012; 191° da Independência e 124° da República.

BRASIL. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 24 de julho de 2006; 185° da Independência e 118° da República.

BRASIL. PORTARIA N° 26, DE 9 DE MAIO DE 2014 **Dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, cancelamento e exercício do controle social de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - DAP**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Publicada na Seção I do Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2010.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura da Agricultura familiar (PAA)**. Texto para a discussão n°. 1145, Brasília (DF): IPEA, 2005

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acessado dia 15 de Dezembro de 2016 às 21:11h.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio e LEITE, Sergio Pereira. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar.** Agriculturas v. 8 - n. 3 setembros de 2011, p. 34- 41

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O município de Itabaiana-SE.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=280290>. Acessado dia 11 de julho de 2017

PAULA, Márcia Maria de, KAMIMURA, Quésia Postigo e SILVA, José Luís Gomes da. **Mercados Institucionais na Agricultura Familiar Dificuldades e Desafios.** Revista Política Agrícola, ano XXII - Nº1 – Jan./Fev./Mar. 2014.

SANTOS, José Lucas. **Localização das associações que atendem o Departamento da Alimentação Escolar de Itabaiana-SE.** SIRGAS, 2000 zona 24S. Data de Elaboração: 23 de maio de 2017.

SARAIVA, Elisa Braga, SILVA, Ana Paula Ferreira da, SOUSA, Anete Araújo de, CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes, CHAGAS, Carolina Martins dos Santos e TORAL, Natacha. **Panorama da Compra de Alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Ciência & Saúde coletiva, 18(4):927-936, 2013.

TRICHES, Rozane Marcia e SCHNEIDER, Sergio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção.** Revista Saúde e Sociedade, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. ISSN 0104-1290.

VIEIRA, Débora de F. A. e VIANA, Carla A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** CONAB, 2017

WAGNER, Danielle e GEHLEN,IVALDO. **A Inserção da Agricultura Familiar no Mercado Institucional: Entre o Direito e o Acesso ao Recurso da Política Pública.** Tempo da Ciência, V. 22, N. 43. 1º semestre de 2015. ISSN: 1981-4798.